

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Lei n.º 113/97 de 16 de setembro define as bases do financiamento do ensino superior público, e contempla a possibilidade de serem atribuídas bolsas de estudo por mérito a estudantes com aproveitamento escolar excecional como um dos mecanismos de financiamento e de apoio social indireto.

Foi em 1998, pela mão, do então, Ministro da Ciência e Tecnologia Mariano Gago, introduzida a atribuição de bolsas de mérito aos estudantes do ensino superior destinando-se apenas a alunos dos cursos de formação inicial das instituições de ensino superior públicas.

Em 2009 procedeu-se ao alargamento destas atribuições a estudantes das instituições de ensino privadas, e incluiu-se no seu âmbito os estudantes dos cursos de mestrado e dos cursos de especialização tecnológica.

Posteriormente em 2017 o regulamento de atribuição de bolsas de mérito foi adequado aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e aos Cursos de Especialização Tecnológica lecionados em instituições de ensino superior.

As bolsas de mérito constituem uma, das diferentes formas de estimular, os estudantes universitários a demonstrar um aproveitamento excecional e são de acordo com a legislação um mecanismo de apoio social.

Verifica-se, no entanto, que o pagamento das bolsas de mérito não tem obedecido ao critério de atribuição anual, como se expõe:

Ano de 2013 – pagaram-se as bolsas de mérito do 2010/2011;
Ano 2015 – pagaram-se as bolsas de mérito de 2011/2012;
Ano de 2016 – pagaram-se as bolsas de mérito 2012/2013;
Ano de 2017 – pagaram-se as bolsas de 2013/2014;
Ano de 2018 – pagaram-se as bolsas de mérito de 2014/2015 e
Ano de 2019 – pagaram-se as bolsas de 2015/2016 e 2016/2017.

Assim e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos a V. Exa., Senhor Presidente da Assembleia da República, que o Governo, por intermédio do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o governo um plano para recuperar os pagamentos em atraso, garantindo a eficácia da medida de apoio social indireto?
2. Se sim, como pretende o governo garantir, após regularização o pagamento de forma atempada aos estudantes?

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

ALEXANDRA TAVARES DE MOURA(PS)

TIAGO ESTEVÃO MARTINS(PS)

DIOGO LEÃO(PS)

RITA BORGES MADEIRA(PS)

MIGUEL MATOS(PS)

MARIA DA LUZ ROSINHA(PS)

RICARDO LEÃO(PS)

VERA BRAZ(PS)

FERNANDO PAULO FERREIRA(PS)

ROMUALDA FERNANDES(PS)